



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Distribuição gratuita
Publicação Bimestral

N.º 106

Setembro / Outubro 2021

Directora: Adélia Vilas Boas

Voz da Terra

CEREAIS

Uma questão de Soberania Alimentar

CADERNO TÉCNICO:
A PRODUÇÃO DE CEREAIS EM PORTUGAL

Co-financiado por:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	2
EDITORIAL	
Aumentar a produção de cereais, um desígnio nacional	3
DESTAQUE	
Cereais: Uma questão de Soberania Alimentar	4-6
NOTÍCIAS	
Agricultores pagam cada vez mais para produzir	7-8
Petição sobre prejuízos causados por javalis Entregue na Assembleia da República	8
CADERNO TÉCNICO	
A produção de cereais em Portugal	9-24
NOTÍCIAS	
Arroz é rei no prato, mas sem apoios dá prejuízo aos agricultores	25-26
ENTREVISTA	
Mário de Carvalho, professor na Universidade de Évora	27
Alfredo Aires, professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	28
OPINIÃO	
Cereais: um velho problema sempre actual Por João Vieira	29-30
NOTÍCIAS	
Projecto reLOCALiza apresentado ao Presidente da República	31



**A CNA está filiada na
Coordenadora Europeia
Via Campesina**



CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

FICHA TÉCNICA

Propriedade e Edição

CNA – Confederação Nacional da Agricultura
NIF: 500817812

Morada / Sede da Redacção

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA
Tel.: 239 708 960 – Fax: 239 715 370
E-mail: cna@cna.pt – URL: www.cna.pt

Delegação em Lisboa

Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº
1100-288 LISBOA
Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336
E-mail: cna.lisboa@cna.pt

Delegação em Vila Real

Rua Marechal Teixeira Rebelo,
Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158
5000-525 VILA REAL
Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153
E-mail: cnavreal@sapo.pt

Delegação em Évora

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA
Tel.: 266 707 317 – Fax: 266 707 317
E-mail: ruralentejo@sapo.pt

Delegação em Bruxelas

Rue de la Sablonière 18 – 1000 BRUXELAS
Tel.: 0032 27438200 – Fax: 0032 27368251

Título

Voz da Terra

Directora

Adélia Vilas Boas

Coordenadora Executiva

Bárbara Duarte

Fotos

Arquivo da CNA

Redactores da Separata “Caderno Técnico”

Por Lucinda Pinto, Ângela Dias e Cristiana Lopes

Periodicidade

Bimestral

Tiragem

10 000 exemplares

Depósito Legal

N.º 117923/97

Registo na ERC

123631

Composição, Paginação e Impressão

Digipress, Lda.

Sede do impressor

R. da Fábrica 260, 4585-013 Baltar - Paredes

*Os textos assinados
são da responsabilidade dos autores*

Estatuto Editorial

Disponível em: <http://www.cna.pt>

Aumentar a produção de cereais, um desígnio nacional

Dedicamos esta edição da revista Voz da Terra a uma produção essencial ao país e que não tem merecido a atenção necessária por parte dos decisores políticos: falamos dos cereais.

A preocupação da CNA e Filiadas, com a Soberania Alimentar do país é uma luta de sempre. Nesse âmbito tem pautado a sua acção em defesa do direito do povo a produzir alimentos saudáveis e culturalmente adequados com o objectivo principal de satisfazer as suas necessidades.

Mas o país está muito longe de alcançar a Soberania em termos produtivos. A pandemia expô-lo de forma gritante quando faltou material básico de saúde, por exemplo, mas também quando se temeu pela falta de alimentos. Quando colocamos nas mãos de outros países os alimentos de que necessitamos para o nosso povo, como vamos pôr comida na mesa se, de repente, esses alimentos não forem disponibilizados?

A dependência é muito grave em várias produções, mas nos cereais é escandalosa. E quando falamos de cereais, estamos a falar do arroz, das farinhas para o pão, para as massas, da alimentação dos animais que entram na nossa cadeia alimentar.

Tendo o país capacidade para produzir mais, não podemos aceitar que no trigo, por exemplo, o grau de auto-abastecimento seja de apenas 4%.

Quando somos confrontados diariamente com notícias de riscos nas cadeias de abastecimento internacionais, de aumentos brutais dos preços e escassez de factores de produção, não podemos estar tão dependentes das trocas comerciais do mercado globalizado e especulativo.

Hoje, apenas quatro grandes multinacionais controlam 90% do comércio mundial de cereais¹. Não é aceitável do ponto de vista moral que se coloque na mão de quatro empresas a alimentação do mundo e o país não pode comprometer a sua Soberania. Como vamos viver, quando já não lhes der lucro ou resolverem tirar-nos o pão da boca?

Não restam dúvidas de que aumentar a produção nacional para consumo interno, desde logo a produção de cereais, tem de ser um desígnio nacional. E cabe ao Ministério da Agricultura e ao Governo tomar as medidas necessárias para o cumprir.

A CNA sublinha que para esse desígnio, o país precisa de muitos Agricultores e Agricultoras a produzir, precisa das explorações agrícolas familiares e do seu potencial produtivo. E este papel dos Agricultores, ao serviço da Soberania Alimentar do país, só pode ser desempenhado de forma digna com a garantia de rendimentos dignos suportados por preços justos à produção, com uma estratégia que promova o desenvolvimento e a produção de variedades adaptadas aos nossos climas e solos, que para além de contribuírem para a preservação do ambiente, são também geradoras de alimentos saudáveis de elevada qualidade.

O Executivo da Direcção da CNA

¹ Archer Daniels Midland (americana), Bung (americana também), Cargill (americana ainda) e Dreyfuss (franco-suíça).

Cereais: uma questão de soberania alimentar

Sem mais demoras, Portugal tem de fomentar a sua produção

Portugal regista dos mais baixos graus de auto-aprovisionamento do mundo em cereais, uma situação grave de dependência externa numa produção essencial que está na base da alimentação, não só no consumo humano como na alimentação animal.

De um modo geral, Portugal produz cerca de 20% dos cereais que necessita, mas no trigo, por exemplo, o grau de auto-aprovisionamento é de apenas 4%.

E conforme adiante avançamos no Caderno Técnico desta edição, a área semeada de cereais tem diminuído de uma forma muito acentuada (quebra de 75% nos últimos 30 anos), o que alerta para o perigo de se agravar a dependência do exterior se não forem adoptadas, urgentemente, as políticas necessárias para aumentar a produção nacional.

O sector dos cereais é um dos mais influenciados pela liberalização e globalização dos mercados. A enorme dependência do exterior para suprir as nossas necessidades é fruto dessa liberalização e coloca Portugal numa situação de grande vulnerabilidade.

E a concentração do comércio – negócio – dos cereais aumenta os problemas, na medida em que além de fazer depender a alimentação do povo dos interesses do lucro das multinacionais, faz ainda recair sobre os agricultores a especulação e a instabilidade dos preços ditados pelos mercados internacionais.

Podemos mesmo dizer que a produção de cereais dificilmente será viável no país enquanto os preços continuarem a ser ditados pelos especuladores nas bolsas de mercados de futuros.

A CNA desde sempre tem alertado para os perigos da liberalização e reclamado medidas de regulação dos mercados e da produção e o aumento da produção nacional como garantia da soberania do país.

A produção cerealífera é uma questão de Soberania Alimentar e Portugal deve proteger-se das importações desenfreadas e fomentar a produção nacional, com a adopção de medidas que possam promover o cultivo de cereais a preços justos para os produtores.

Num futuro imediato, será difícil que o país consiga ser auto-suficiente em todos os cereais, mas existe capacidade para produzir



muito mais do que produzimos actualmente.

A CNA defende a definição de uma verdadeira estratégia para a produção cerealífera, que não inclua só os regadios de Primavera/Verão mas também as culturas de Outono/Inverno, nos quais somos mais deficitários.

Os cereais de Outono/Inverno têm um potencial de desenvolvimento no interior do território, seja no Norte com o centeio, por exemplo, seja no reequilíbrio dos sistemas agro-silvo-pastoris, no caso do Alentejo o montado (ler entrevistas nesta edição).

Sobre o regadio, importa dizer que colocar o grande investimento público ao serviço de culturas permanentes super-intensivas, muitas vezes na mão de multinacionais orientadas para a exportação é um erro estratégico. No Alentejo, por exemplo, o regadio podia contribuir para aumentar a área e as produtividades de cereais praganosos, tão necessários ao país.

O aumento da produção de cereais é fundamental para colmatar as necessidades da alimentação animal e para reduzir a dependência do exterior em componentes para rações.

Nas pequenas e médias explorações, que integram a produção pecuária com a componente agrícola, é importante garantir a sua



autonomia através da viabilização da produção de cereais. Por exemplo, no milho (sendo também verdade para os praganosos em algumas regiões), são necessárias medidas que viabilizem as explorações de pequena e média dimensão dos setores da carne e do leite.

Importa, pois, garantir que sejam colocadas em prática as políticas e os apoios necessários ao desenvolvimento da produção e aumento das produtividades, sem nunca esquecer que para este desígnio não podem ser deixadas para trás as pequenas e médias explorações agrícolas familiares (que são mais de 90% das explorações do país).

E este papel dos agricultores, ao serviço da Soberania Alimentar do país, deve ser apoiado com medidas que lhes protejam os rendimentos e com apoio técnico, transferência de conhecimento e organização neces-

Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais

Em 2018, o Governo aprovou a Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais, com os objectivos estratégicos de “reduzir a dependência externa, consolidar e aumentar as áreas de produção”, “criar valor na fileira dos cereais” e “viabilizar a actividade agrícola em todo o território”.

Para alcançar estes objectivos, é urgente reverter o caminho que vem sendo seguido pelo Ministério da Agricultura e pelo Governo, quer a nível das políticas de definição meramente nacional, quer na aplicação da Política Agrícola Comum (PAC), de aposta no produzir para exportar e na crença de que é mais barato comprar fora de que produzir no país.



sários para obter os melhores resultados do trabalho.

CNA defende uma medida ligada aos cereais que apoie a Agricultura Familiar

Para a diminuição da produção de cereais, entre outros factores, contribuiu o desligamento das ajudas da PAC da produção.

Nesse sentido, a CNA defende que para aumentar a produção nacional é necessário criar um pagamento ligado para os cereais que contemple a produção em todo o país e apoie principalmente a Agricultura Familiar.

Para o período de de Transição da PAC de 2022, o Ministério da Agricultura tinha anunciado uma medida para os cereais que apresentada de incentivadora da produção, mais não era do que voltar a canalizar o apoio para os (alguns) mesmos de sempre, já que nas suas condições de elegibilidade excluía muitas pequenas e médias explorações do Norte do país, que teriam de produzir acima da média para beneficiar da ajuda.

A CNA contestou a forma como a medida estava concebida, mas nunca deixou de defender um apoio ligado para os cereais, ajustado à Agricultura Familiar, e que contribua verdadeiramente para diminuir o grave défice que temos nestas produções.

Assim, a CNA reclama do Governo e do Ministério da Agricultura uma medida ligada aos cereais que contemple o seguinte:

- ➔ As produtividades devem ser adaptadas aos pequenos Agricultores;
- ➔ Comercializar através de uma Organização de Produtores não deve ser condição de elegibilidade, mas pode constituir uma majoração no valor do prémio;
- ➔ Os valores das ajudas devem ser modulados, sendo que os valores mais altos devem ser atribuídos aos pequenos e médios Agricultores e às variedades tradicionais;
- ➔ A produção de cereais para silagem deve ser incluída.

Capacidade de armazenamento de cereais é muito baixa

A não existência de reservas públicas estratégicas coloca mais em evidência e agrava os perigos da dependência externa. Relativamente aos cereais, existe uma gestão do que se encontra nos silos e armazéns localizados nos principais portos marítimos portugueses e em silos privados fora dos portos.

Segundo estudo da Universidade Católica, de 2016, o consumo diário de cereais e subprodutos é de 13.910 toneladas, a capacidade de armazenamento é de 731.120 toneladas e a média de cereais armazenados é de 381.680.

Isso significa que se os silos e armazéns estiverem no nível máximo teremos reservas para 52 dias e se estiverem no nível normal teremos cereais para 27 dias, o que é muito pouco, especialmente para um país que só produz cerca de 20% das suas necessidades em cereais.

Agricultores pagam cada vez mais para produzir com o aumento brutal do custo dos factores de produção

A Direcção da CNA analisou a situação da Agricultura e manifestou grande preocupação face a um conjunto de problemas que tem degradado os rendimentos dos Agricultores, com destaque para o enorme aumento dos custos dos factores de produção, de transformação e comercialização.

Este agravamento, com a subida brutal do preço dos combustíveis, da electricidade e também dos fertilizantes e da alimentação animal, tem impactos desastrosos na produção e no rendimento dos Agricultores que já antes era cerca de metade do rendimento dos demais cidadãos.

Depois das dificuldades com a pandemia de COVID-19, a escalada dos preços dos factores de produção poderá forçar mais Agricultores a reduzir ou a deixar de produzir, fazendo aumentar a dependência alimentar do país em produtos essenciais para a população, tais como os cereais.

A CNA receia que a situação possa ter consequências nos preços ao consumidor, mas frisa que possíveis aumentos podem não vir a compensar os Agricultores, que continuam quase a ter que pagar para produzir. Não será de mais lembrar como se distribui, em média, o valor ao longo da ca-



deia de abastecimento agroalimentar: por cada 100 € pagos pelo consumidor, 50 € vão para a distribuição, 30 € correspondem à transformação e apenas 20 € vão para o Agricultor (e destes 75% eram custos de produção).^[1]

No que respeita aos combustíveis, constatando o aumento dos preços na origem e nas margens praticadas, a CNA reclama que o Governo adopte medidas para minimizar os efeitos na produção, por exemplo, através do aumento do desconto nos impostos em vigor para o gasóleo agrícola.

A par de medidas que actuem directamente sobre o preço dos factores de produção, a CNA mantém a exigência da necessidade de implementação de medidas de regulação do mercado, que proíbam, por exemplo, que se pague aos Agricultores pelos seus produtos abaixo do custo de produção e a especulação com o preço dos alimentos e dos factores de produção.

Petição sobre prejuízos causados por javalis entregue na Assembleia da República

A par das mais recentes dificuldades com o aumento dos custos dos factores de produção, mantêm-se sem resposta eficaz os

prejuízos causados nas culturas por javalis e outros animais selvagens.

Dando seguimento às preocupações dos Agricultores e aos contactos institucionais da CNA para resolver este problema, a CNA entregou na Assembleia da República, a 14 de Outubro, a petição “Agricultores e outros Rurais devem ser ressarcidos dos prejuízos na Agricultura provocados por javalis e outros animais selvagens. Pelo controlo sanitário e da densidade das populações destes animais”.

A petição reúne mais de mil assinaturas, mas os lesados são muitos mais e de Norte a Sul do País os relatos de estragos e prejuízos são alarmantes. Para além da destruição de colheitas, a invasão dos campos pelos referidos animais coloca em causa o potencial produtivo das explorações agrícolas já que provocam a destruição de plantas e mesmo de árvores novas, coberturas de solo, cercas e outras infra-estruturas de apoio à produção.

A alimentação dos javalis e de outros animais selvagens não pode ser feita à custa do trabalho e do investimento dos pequenos e médios Agricultores e, com a brevidade que a gravidade da situação exige, a Assembleia da República tem de tomar as diligências necessárias para dar o seguimento institucional que a petição merece.



^[1] Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, CULTIVAR: Cadernos de Análise e Prospectiva n.º 3 (Lisboa: GPP, Março de 2016)

A Produção de Cereais em Portugal:

**Trajetória e horizonte de um pilar
fundamental para a Soberania
Alimentar**

“A enorme dependência do exterior (...) coloca Portugal numa situação de grande vulnerabilidade. Será difícil num futuro imediato, que o País consiga ser auto-suficiente em todos os cereais, mas existe capacidade para produzir muito mais do que produzimos actualmente.”

*Resolução do 8º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar Portuguesa
Coimbra, 15 de Abril de 2018*

Por Lucinda Pinto, Ângela Dias e Cristiana Lopes

Co-financiado por:



1. INTRODUÇÃO

Contexto Económico do Sector Agrícola

A análise ao sector dos cereais obriga a um estudo mais amplo ao sector agrícola, contextualizando-o também nos acontecimentos pandémicos mais recentes.

Dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) reflectem que no ano 2020, marcado pelos efeitos económicos da pandemia COVID-19, o Produto Interno Bruto (PIB) ascendeu a 200,1 mil milhões de euros, o que representou uma diminuição nominal de 6,7% (+4,5% em 2019) e real de 8,4% (+2,7% em 2019). Com este resultado, 2020 passa a ser o ano com maior contração da actividade económica desde 1995, desde o início de registo das Contas Nacionais (INE).

Para o mesmo período, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou uma variação negativa de 7,2% (em volume) em 2020, com origem na diminuição do VAB nas diversas actividades económicas muito representativas para o sector primário, Alojamento e restauração (-46,3%), Transportes e Armazenagem (-19,5%), Outros

serviços (atividades culturais, desportivas, recreativas e serviços pessoais) (-15,2%), mas também na própria actividade do sector agrícola, com o VAB a sofrer uma quebra de 9,1% (em relação a 2019). Esta redução deve-se também ao decréscimo verificado no produto agrícola bruto, parcialmente compensada pelo aumento do valor dos Pagamentos Directos à produção do 1º e 2º Pilar (+6,0%).

No caso específico dos cereais, estes representam actualmente 3,5% da produção agrícola nacional, sendo o milho para grão a componente com maior peso (56%), seguida do trigo (19%) e do arroz (16%) (GPP, 2020).

2. A PRODUÇÃO CEREALÍFERA EM PORTUGAL

Evolução das áreas, produções e número de explorações, por cereal, região e dimensão económica.

A área de cereais para grão em Portugal Continental diminuiu perto de 685 mil hectares entre 1989 e 2019, o que representa uma diminuição



¹ Actualizados a 23 de Setembro de 2021.

² Resultado final da actividade de produção das unidades produtivas residentes na região ou no país no período de referência e que é calculado segundo a óptica da produção, da despesa e do rendimento. (INE@a, 2021) <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/8283>.

³ Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os sectores institucionais como para os ramos de actividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos. (INE@a, 2021): <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5703>.

de 75%. O Alentejo foi a região que mais área de cereais perdeu: 342 mil hectares entre 1989 e 2019. Em proporção de área, a maior diminuição deu-se no Algarve (-88%), e a menor no Ribatejo e Oeste (-44%). Exceptuando esta última região e a Beira Litoral, todas as outras tiveram perdas de área de cereais acima dos 75%. Quanto ao peso na área total cultivada com cereais, o Ribatejo e Oeste (RO) passou de 8,8% em 1989 para 20% em 2019. A Beira Litoral (BL) foi a outra região que viu subir a sua parte na área de cereais em Portugal: de 10% para 12%, no mesmo intervalo de tempo. Tal como acontecia em 1989, Alentejo e Ribatejo e Oeste continuavam a deter, em 2019, cerca de 65% da área total de cereais cultivada em Portugal.

Embora com evoluções distintas a nível regional, o peso da área de cereais por escalões de área das explorações aumentou a partir do escalão das explorações entre 20 e 50 ha. A proporção da área de cereais em explorações com mais de 20 ha subiu de 50% em 1989 para 64% em 2019.

Esta evolução da área cultivada com cereais encontra paralelo na evolução do número de explorações com cereais. Entre 1989 e 2019, o número de explorações com cereais diminuiu em 302 mil explorações (-81%), das quais 286 mil tinham menos de 5 ha.

Proporcionalmente, a região do Algarve foi a que registou uma maior descida (-95%), seguida do RO (-90%). As perdas situaram-se

Tabela 1 - Produto Interno Bruto (PIB) e suas componentes - Óptica da Produção

	Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2019	2020	2019	2020
Valor Acrescentado Bruto	4.5	- 6.1	2.6	- 7.2
Agricultura, silvicultura e pesca	7.1	- 5.9	3.3	- 5.9
Indústria e energia	0.5	- 6.2	0.5	- 7.4
Construção	8.4	4.4	5.0	3.0
Comércio e reparação automóvel	3.1	- 4.0	2.3	- 4.7
Alojamento e restauração	4,9	- 44.9	3.6	- 46.3
Transportes e armazenagem	6.9	- 28.6	3.9	- 19.5
Serviços de informação e comunicação	14.3	7.4	10.2	4.1
Financeiras e seguros	5.2	- 0.8	2.1	- 1.6
Imobiliárias	4.5	1.4	1.1	- 1.2
Outros serviços prestados às empresas	7.5	- 8.1	5.8	- 9.7
Administração pública, saúde e educação	4.3	1.8	2.0	- 1.4
Outros serviços	5,2	- 13,7	3,1	- 15,2
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	4.0	- 10.6	3.0	- 15.9
Discrepância				
Produto Interno Bruto	4.5	- 6.7	2.7	- 8.4

abaixo dos 80% apenas no Entre Douro e Minho (EDM) e em Trás-os-Montes e Alto Douro (TAM). Contudo, as perdas absolutas foram maiores na BL (-89 mil), EDM (-74 mil), BI (-35 mil) e TAM (-34 mil).

Um outro dado interessante é o de que apesar de se registarem, entre 1999 e 2019, descidas acentuadas nas áreas cultivadas com cereais, e uma diminuição, em território nacional, da área total das explorações especializadas em cerealicultura, oleaginosas e proteaginosas (menos 48 mil ha, -29%), esta última tem aumentado em algumas regiões: RO (mais 13600 ha, uma variação positiva de 63,7%), BL (mais 5350 ha, 49%), EDM (2831 ha, 149%) e TAM (1270 ha, 117%). Deste modo, parece existir, nestas regiões, um aumento da especialização das explorações produtoras de cereais, em simultâneo com o desaparecimento de muitas explorações que, não sendo especializadas nas culturas cerealíferas, as praticavam como parte do seu sistema cultural. Tal parece ser também o que indica o facto do rácio entre a área de explorações especializadas em cerealicultura, oleaginosas e proteaginosas, e a área cultivada com cereais, ter vindo a crescer consistentemente em todas as regiões, com excepção

do Alentejo. Em Portugal, este rácio subiu de 27,5% para 50,1%, entre 1999 e 2019.

A diminuição da área de cereais ficou a dever-se principalmente à diminuição da área com trigo (em 2019, menos 293 mil ha que em 1989, 43% do total da redução da área com cereais), mas com contribuições importantes do milho (menos 138 mil ha, 20% da redução), em especial do milho de regadio, do centeio (menos 94 mil ha, 14% da redução) e da aveia (menos 86 mil ha, 13% da redução).

A diminuição da área de trigo deu-se sobretudo no Alentejo (77%), que também concentra 63% da perda da área de aveia. Já a área de milho diminuiu sobretudo em EDM (58%) e BL (35%). A área de centeio reduziu-se em especial em TAM (48%) e na BI (36%).

A proporção de área cultivada com trigo caiu 23 pontos percentuais (p.p.) desde 1989, situando-se, em 2019, nos 13% do total da área cultivada com cereais em Portugal. As maiores variações positivas foram as das proporções de milho (11 p.p., estando em 35% em 2019) e do arroz (9.2 p.p., sendo 13% em 2019). Neste ano, o milho era o cereal que ocupava mais área, seguindo-se a aveia (16%) e o arroz.

O essencial da área com trigo, em 2019, man-





tinha-se no Alentejo (70%), bem como a área de aveia (78%) e cevada (83%). A área de milho tem uma dispersão maior, estando 29% no RO, 24% na BL, 22% no EDM e 15% no Alentejo. A área de centeio concentra-se essencialmente em TAM (60%) e na BI (35%).

A produção de cereais caiu mais de 680 mil toneladas entre 1989 e 2019, numa redução de 37%, situando-se em 2019 nos 1 milhão e 151 mil toneladas. Isto apesar das subidas na produção de milho de regadio (mais 102 mil toneladas, uma subida de 11%) e do arroz (mais 17 mil toneladas, 12% de subida). É que só a produção de trigo desceu 541 mil toneladas (-88%), a de centeio 103 mil toneladas (-86%) e a de aveia 77 mil toneladas (-61%).

Por outro lado, a dinâmica de variação da produção de cereais revela importantes diferenças regionais. Por exemplo, a produção de milho de regadio desceu 143 mil toneladas em EDM, sendo as suas subidas de produção devidas em grande medida ao RO e ao Alentejo, cada uma produzindo mais 131 mil toneladas que em 1989. Já o arroz viu a sua produção aumentar 42 mil toneladas em RO, mas dimi-

nuir 29 mil toneladas no Alentejo. As perdas das produções de trigo (427 mil toneladas), de aveia (49 mil toneladas) e de cevada (15 mil toneladas) estão concentradas fundamentalmente no Alentejo. As de centeio dão-se sobretudo em TAM (61 mil toneladas) e na BI (25 mil toneladas). A produção de cevada desceu 15 mil toneladas no Alentejo, mas aumentou 4 mil toneladas no RO.

Evolução dos preços, dos consumos intermédios e rentabilidade das explorações agrícolas

Preços

Nos dados da campanha de comercialização de cereais de Outono-Inverno (Setembro 2021) verificou-se alguma estabilidade, com exceção do mercado do Alentejo que resultou num aumento das cotações devido a uma oferta de baixa a média e a uma procura de média a alta. Pela análise da Tabela 2 observa-se um aumento muito significativo no preço da aveia, aproximadamente 32%, e do triticale, aproxima-

mente 25%, na última semana de Setembro. Na situação específica do trigo mole panificável, na região do Alentejo, verificou-se uma subida

da cotação, ainda que, com menor significância na última semana do mês de Setembro.

Tabela 2 - Cotações (comparação semanal do mês de Setembro)

Cereal	Cotações 2021 (€/t)			
	06 a 12/Set	13 a 19/Set	20 a 26/Set	27/Set a 03/Out
Aveia	190.00	190.00	190.00	250.00
Centeio Panificável	180.00	180.00	180.00	180.00
Cevada Dística	220.00	220.00	220.00	235.00
Trigo Duro	274.00	274.00	274.00	274.00
Triticale	200.00	200.00	200.00	250.00
Trigo Mole Panificável (Alentejo)	235.00	235.00	235.00	260.00
Trigo Mole Panificável (T-os-M)	200.00	200.00	200.00	200.00

Fonte: SIMA

Como mencionado nesta edição da Voz da Terra, o preço dos cereais é fortemente influenciado pelo comércio internacional, o que leva a instabilidades frequentes por razões diversas (incerteza política, tensões comerciais, sanidade vegetal e animal,...). Contudo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) perspectiva, num quadro de abundância, uma redução do preço dos cereais (real) até 2028 pelo espectável abrandamento da procura (GPP, 2020).

Consumos intermédios

Numa análise generalista ao sector, pode afirmar-se que os custos com os consumos intermédios representam uma parte muito significativa dos encargos das explorações agrícolas em Portugal. As maiores fatias correspondem à aquisição de sementes e plantas, custos com energia e lubrificantes e com fertilizantes e correctivos (GPP, a partir do CEA (Base 2011) INE). No caso específico do arroz, os consumos intermédios representam dois terços dos encargos da exploração agrícola (66%). O maior consumo está associado à aquisição de produtos fitofarmacêuticos (21%), com as sementes e

plantas (15%) e fertilizantes e correctivos (11%). As rendas têm ainda um peso considerável, destacando-se, por outro lado, a desvalorização de custos com salários e amortizações, muito associado à crescente terceirização do sector (ex. subcontração de mão-de-obra) (GPP, 2020).

Já no caso do milho, os consumos intermédios representam uma parte mais significativa (83%) do total de encargos das explorações, com um peso representativo dos fertilizantes e correctivos (24%) e das sementes e plantas (17%), sendo ainda de destacar um peso das componentes de aluguer de máquinas e outros consumos intermédios (15%) (GPP, 2020).

Rentabilidade das explorações agrícolas

Podemos concluir que, em média, as explorações orientadas para a produção de arroz apresentam rendimentos negativos sem apoio de políticas, e que as políticas actuais desempenham um papel crucial e indispensável no suporte ao rendimento empresarial destes agricultores. O mesmo não acontece com as explorações agrícolas orientadas para a produção de milho para grão (Figura 1).

Evolução do grau de auto-provisionamento dos cereais, para alimentação humana e animal

O grau de auto-provisionamento de cereais em Portugal é dos mais baixos do Mundo (18,6%). Em comparação com os países da União Europeia (UE), só o Chipre, Malta e Holanda superam Portugal no défice alimentar, já que apresentam um elevado consumo de cereais para a alimentação animal. A tendência tem sido decrescente, no essencial devido à dissociação da produção (diminuição) das ne-

cessidades de consumo interno (aumento), em particular para a alimentação animal.

A diminuição do grau de auto-provisionamento relaciona-se directamente com a diminuição da terra arável dedicada à produção de cereais e com a forma de uso (e posse) da terra. Veja-se, entre 1989 e 2016, a diminuição em 56,2% da terra arável, com destaque para o Alentejo (- 767 mil ha). Esta diminuição passou, em grande parte, pela conversão da terra arável em pastagens permanentes, e pela grande diminuição da área cultivada com cereais, como atrás analisámos.

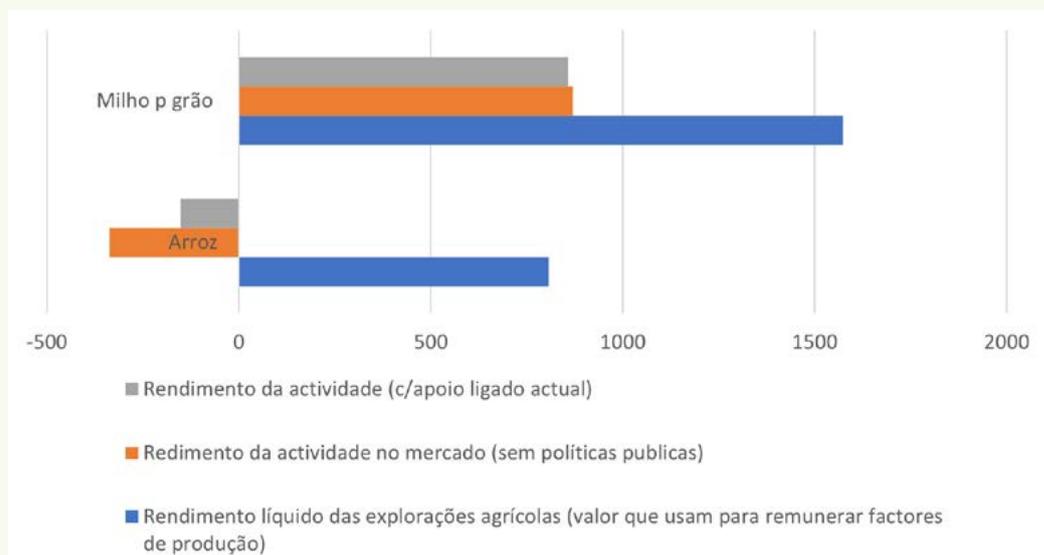


Figura 1 - Indicadores de resultados económicos mais relevantes
Fonte: GPP (2020)

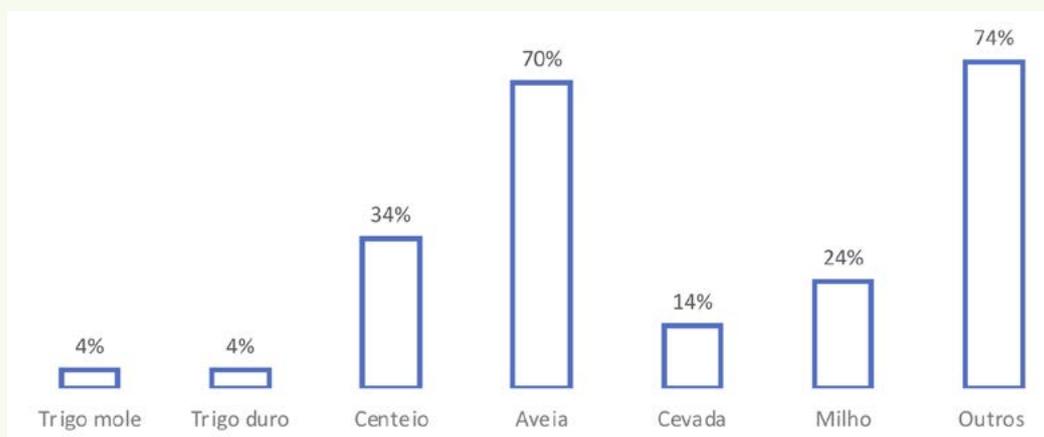


Figura 2 - Grau de auto-provisionamento de cereais em Portugal (s/arroz).
Fonte: GPP, 2020

⁴ Conceito (INE@, 2021): Traduzido em percentagem e dado pela razão entre a produção interna (exclusivamente obtida a partir de matérias-primas nacionais) e a utilização interna total. Mede, para um dado produto, o grau de dependência de um território, relativamente ao exterior (necessidades de importação) ou a sua capacidade de exportação. <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/73>

⁵ Campanha de 2017/2018. GPP, 2020.

3. A produção, o consumo humano e a alimentação animal

De 1989 a 2016 verifica-se que a procura de cereais para alimentação animal é crescente, o consumo humano, genericamente, regular, mas a produção nacional apresenta uma tendência decrescente, em especial a partir de 2000/2001 (Figura 3).

- **Na produção** constata-se a existência de uma diminuição cíclica anual ou bianual até 2004, representando uma diminuição da produção em cerca de 500.000 t. Em 2005, por variadíssimos motivos internos e externos, incluindo a alteração do paradigma da Política Agrícola Comum (PAC), tornou-se um ano atípico, cuja produção cai para próximo das 700.000 t e nunca mais atinge os volumes históricos antes produzidos. A partir desta data, continua a haver oscilações cíclicas de produção, sempre a níveis produtivos próximos de 1.000.000 t.
- **Consumo interno de cereais (s/ arroz) para consumo humano:** ligeiro aumento anual, acentuado até ao ano de 2006, mantendo-se mais ou menos estável até 2013,

diminui novamente em 2014 e, em 2015, retoma os valores de 2013. No período referenciado, de uma forma geral, podemos constatar um aumento no consumo interno de cereais (s/ arroz) de aproximadamente 200.000 ton.

- **Consumo interno de cereais (s/ arroz) em alimentação animal:** crescimento acentuado entre o início da década de 1990 e 2004, devido, em parte, à concentração e intensificação das explorações pecuárias. De salientar o momento a partir do qual o consumo para alimentação animal supera a produção (final da década de 80), que se acentua até 2004/2005, onde ocorre uma ligeira inversão no consumo, ao ritmo da produção e pelos motivos já evocados, assistindo-se logo de seguida a um grande aumento atingindo o valor máximo de consumo em 2008/2009, aproximadamente 2.850.000 t. De 2009 até 2010 o consumo tem-se vindo a manter mais ou menos estável na ordem das 2.750.000 t.

De uma forma geral, no período de referência, podemos constatar a existência de um aumento do consumo interno de cereais (s/ arroz)

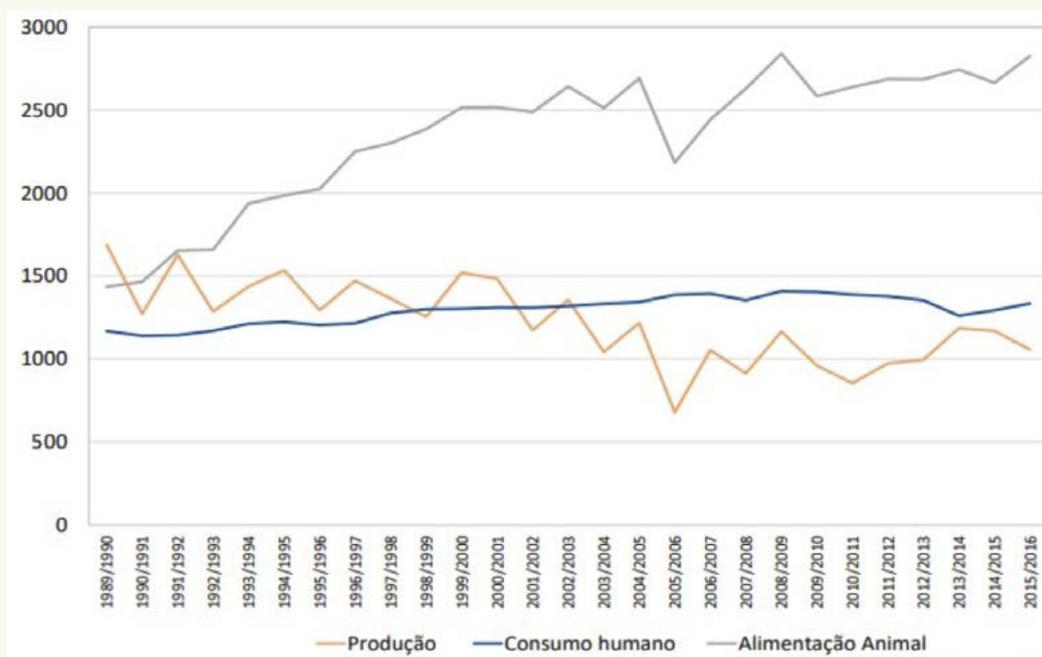


Figura 3 - Produção e utilização interna de cereais (s/arroz) em alimentação animal e consumo humano em Portugal (1.000t)

Fonte: GPP 2020



para alimentação animal de aproximadamente 1.320.000 t de cereais.

Ainda sobre a produção de cereais em Portugal e centrando-nos na mais recente análise, ainda que baseada em dados provisórios do INE, estima-se uma campanha de produção de Outono-Inverno 2021/2022, com produtividades de cerca de 1% abaixo da média do último quinquénio.

Evolução das importações e do grau de dependência externa

No ponto anterior constatamos o diferencial entre o somatório do consumo de cereais para utilização humana e alimentação animal e a produção nacional, com um saldo comercial e de volume de mercado negativos. Portugal é um país claramente deficitário e, por conseguinte, importador de cereais. Os principais países de origem das maiores importações de Portugal são a Ucrânia, a França, a Espanha e o Brasil,

quer em quantidade, quer em valor monetário. No primeiro semestre de 2021, Tabela 3, o deficit de Portugal em cereais, incluindo o arroz, aumentou em 33% em volume, em relação ao período homólogo do ano 2020, ascendendo as 374 mil toneladas.

Tabela 3 - Comparação do deficit de Portugal em cereais no primeiro semestre de 2021 em relação ao período homólogo do ano 2020 em volume

Volume (t)	2020	2021	Variação
Saldo (Exportação - Importação)	-1 118 213	-1 492 805	33%

Fonte: INE (dados preliminares de 2020 e 2021)

No primeiro semestre de 2021, o deficit de Portugal em cereais, Tabela 4, incluindo o arroz, aumentou em 37% em valor, em relação ao período homólogo do ano 2020, cifrando-se em cerca de 350 milhões de euros.

Tabela 4 - Comparação do deficit de Portugal em cereais no primeiro semestre de 2021 em relação ao período homólogo do ano 2020 em valor.

Valor (1.000 €)	2020	2021	Varição
Saldo (Exportação - Importação)	-255 773	-349 960	37%

Fonte: INE (dados preliminares de 2020 e 2021)

Cotações – Importação de Cereais

As cotações de cereais importados representam a média de preços do cereal descarrega-

do, ponderados pelo respectivo volume. Na semana em análise as cotações dos cereais importados foram as seguintes:

Tabela 5 – Cotações (Cereais importados período 06/Set a 03/Out 2021)

06/Set a 12/Set 2021		Variação Percentual (%)		
Cereal	Cotação €/ton	Semana anterior	Semana homóloga 2020	Semana homóloga Triénio 2018/2020
Trigo Mole Forrageiro	255.00	-2.0	28.0	30.0
Cevada Forrageira	240.00	0.0	32.0	27.0
Milho	260.00	0.0	44.0	46.0
13/Set a 19/Set 2021		Variação Percentual (%)		
Cereal	Cotação €/ton	Semana anterior	Semana homóloga 2020	Semana Homóloga Triénio 2018/2020
Trigo Mole Forrageiro	260.00	2.0	30.0	47.0
Cevada Forrageira	240.00	0.0	31.0	27.0
Milho	260.00	0.0	41.0	33.0
20/Set a 26/Set 2021		Variação Percentual (%)		
Cereal	Cotação €/ton	Semana anterior	Semana homóloga 2020	Semana Homóloga Triénio 2018/2020
Trigo Mole Forrageiro	265.00	2.0	29.0	35.0
Cevada Forrageira	250.00	4.0	35.0	22.0
Milho	260.00	6.0	37.0	44.0
27/Set a 03/Out 2021		Variação Percentual (%)		
Cereal	Cotação €/ton	Semana anterior	Semana homóloga 2020	Semana Homóloga Triénio 2018/2020
Trigo Mole Forrageiro	269.00	1.5	31.0	35.0
Cevada Forrageira	255.00	2.0	37.0	34.0
Milho	262.00	1.9	36.0	45.0

Fonte: ACICO/GPP

Segundo os dados apresentados podemos inferir que para os três cereais existiu um aumento gradual da cotação das importações ao longo do mês de Setembro, ainda que, no que se refere ao milho tenha sido menos significativa e só na última semana do mês. Contudo houve

uma variação percentual das cotações bastante elevada em função do preço de importação quer do período homólogo de 2020 quer do período homólogo do último triénio para os três cereais.

Explorações agrícolas cerealíferas em Portugal

Com base em informação do Pedido Único

de 2015, traduzida na Tabela 6, a área total de cereais para grão é de 258.706 hectares, dos quais:

Tabela 6 - Área total de cereais para grão (PU2015)

Cereal	ha	Orientação Arvenses Regadio (%)	Orientação Arvenses Sequeiro (%)	Orientação Policultura (%)	Orientação Mistas (%)	Orientação Ruminantes (%)	Orientação Arroz (%)
Milho	78.600	39.00		21.00	14.00		
Aveia	49.700		16.00	14.00	18.00	37.00	
Trigo	35.800		32.00	16.00	17.00		
Arroz	29.000				11.00		68.00
Triticale	21.600		18.00		21.00	41.00	
Cevada	20.100		39.00	11.00	15.00		
Centeio	15.200		14.00	29.00	17.00	17.00	
Sorgo	7.000				20.00	48.00	
Outros Cereais	1.600	11.00	10.00	33.00	23.00		

Fonte: GPP

Milho

Nos finais dos anos 80, a superfície cultivada com milho grão ocupava mais de 200 mil hectares, tendo vindo a diminuir gradualmente. Em 2015 representava somente 78.600ha, (dados do PU2015). A redução foi mais acentuada ao nível da produção do milho de regadio, a partir de 2013, devido à conjugação de vários factores, tais como os preços baixos no mercado mundial (quebra superior a 30% desde 2014), e as alterações da PAC, nomeadamente ao nível da integração do *Greening*.

A diminuição da superfície cultivada com milho e por conseguinte a diminuição da quantidade de milho produzido em Portugal não tem gerado efeitos positivos na cotação de milho ao nível dos produtores Portugueses, antes pelo contrário, tem-se assistido ao aumento dos custos de produção e à manutenção ou diminuição dos preços à produção. Contudo, sendo o milho um dos principais elementos da produção da indústria da moagem e da fabricação de alimentos para animais, dado que provém maioritariamente do mercado externo, a evolução do preço nas indústrias está relacionada



com o comportamento do preço mundial dos cereais, que tem apresentado grande volatilidade. Os preços nas indústrias de moagem e de alimentos para animais evoluíram de forma similar, apresentando uma forte correlação, inflacionando os produtos destinados à panificação e o alimento concentrado destinado à pecuária.

Cereais Praganosos

Em igual período, a partir de meados da década de 80, a superfície semeada com cereais

praganosos (trigo, centeio, aveia, cevada e triticale) sofreu uma diminuição substancial, acima de 70% em média. De salientar que o trigo ocupava, à época, mais de 300 mil hectares, apresenta entre 2015 e 2016 uma área semeada inferior a 40 mil hectares.



Grande parte dos cereais praganosos de produção nacional destinam-se essencialmente ao consumo interno como matéria-prima das indústrias alimentares. Dado que grande parte dos cereais desta tipologia são de origem externa, os preços praticados, sempre muito voláteis, são muito influenciados pelo comportamento do preço mundial dos cereais, não se verificando, muitas vezes, correlação dos aumentos de preço à produção com os aumentos de preço ao consumidor e também com os aumentos de preço de produção.

Arroz

O decréscimo da superfície cultivada com arroz a partir do final dos anos 80, até 2016, representa cerca de 3 mil hectares, passando de 32



para 29 mil hectares. Mesmo assim, com uma diminuição de superfície cultivada, a produção do arroz aumentou, em cerca de 15%, passando de 145 mil toneladas em 1986 para cerca de 170 mil toneladas em 2016, tendo-se registado no último ano uma quebra de 5% face à média dos últimos 5 anos. No que respeita à produtividade verifica-se uma relativa estabilidade desde 1995 aproximadamente nos 6.000 kg/ha. Também no arroz existe uma grande volatilidade dos preços internos ao nível da produção, ainda que, o preço no produtor reflecta de algum modo os preços dos consumos intermédios, o preço tende a ser determinado fundamentalmente pelos preços internacionais.

Ajudas aos Cereais – O Primeiro Pilar da PAC

A última reforma da PAC (2013) introduziu alterações significativas nos pagamentos directos aos agricultores. A partir de 2015, os produtores de cereais que beneficiavam do apoio no âmbito do Regime de Pagamento Único continuaram a poder beneficiar do Regime de Pagamento Base com os seguintes regimes:

Tabela 7 - Regimes de ajudas e montante associado

Regime de Ajuda	Valor Percentual (%)	Montante M€
Regime de Pagamento Base (RPB)	48.00; e 45.30 a partir 2017	274,19
Pagamento para as práticas benéficas para o clima e ambiente (<i>Greening</i>)	30.00	174,62
Pagamento para os jovens agricultores	2.00	11,64
Pagamento específico por superfície ao arroz	20.00	117,54
Pagamento redistributivo a partir do ano 2017	3.90	23,05
	€/Exploração	
Regime da Pequena Agricultura (RPA)	2015-500.00; 2017-600.00; 2020-850.00	

Fonte: GPP

O sector dos cereais e do arroz beneficia ainda de um conjunto importante de apoios de natureza agroambiental e de apoio à manutenção da actividade agrícola em zona desfavorecida, consideradas Medidas do Segundo Pilar (mais informações no Caderno Técnico “Medidas Agro-Ambientais no Período de Transição da PAC”, Voz da Terra n.º 102).



Pagamento específico por superfície ao arroz

Este apoio tem como objectivo assegurar um aprovisionamento estável à indústria local de transformação, que permita manter um certo nível de produção específico e evitar situações disruptivas no sector que conduzam ao abandono da actividade. O pagamento específico por superfície ao arroz é atribuído anualmente aos agricultores que semeiem ou plantem, o mais tardar até 30 de Junho, arroz em terrenos sis-

tematizados especificamente para esta cultura, utilizando o alagamento como método exclusivo de irrigação, e que mantenham a cultura pelo menos até ao início de estágio de grão leitoso em condições normais de crescimento. Foi estabelecido um apoio com o valor unitário indicativo de 194 €/ha, correspondente a um envelope financeiro de 6 Milhões €. Segundo o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), em 2018 foram apresentadas 1.045 candidaturas, relativas a 29.629 ha num montante de apoio de 5.681 mil €, valores estes que se têm mantido estáveis nos últimos anos e representam cerca de 5% do apoio associado voluntário.

A zona Centro engloba o maior número de beneficiários, cerca de metade do total, enquanto a maior área e o maior montante do apoio respeitam à região LVT, representando também cerca de cinquenta por cento do total.

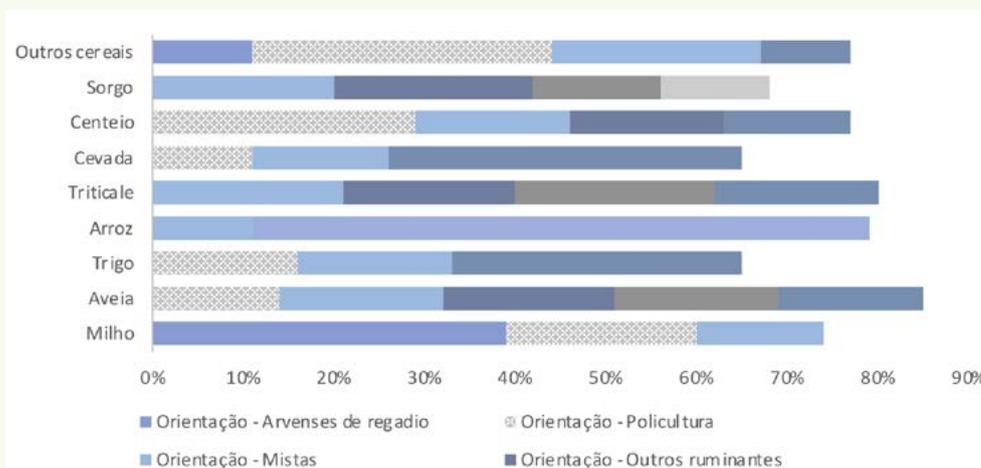
Medidas de mercado

O sector (cereais e arroz) integra a Organização Comum dos Mercados de Produtos Agrícolas (OCM) e, tendo em conta a tipologia das produções, prevê a activação de mecanismos de mercado.

• A intervenção pública

Por exemplo, na compra de trigo mole, trigo duro, cevada e milho é possível a activação

Figura 4 – Distribuição da área de cereais para grão de acordo com a Orientação da exploração agrícola, em percentagem



Fonte: ENPPC, 2018 - PU 2015

6 Regulamento OCM (UE) n.º 1308/2013



de apoio ao armazenamento público entre 1 de Novembro a 31 de Março (abre automaticamente apenas para o trigo mole). Para os outros cereais a Comissão Europeia pode desencadear um mecanismo de adjudicações, através da publicação do regulamento de acto de execução, com preço de intervenção de 101,31€/t. No caso do arroz o período de intervenção decorre 1 de abril até 31 Julho, sendo, por exemplo, o preço de referência fixado a 150€/t para arroz paddy de qualidade tipo definida (GPP, 2020).

• **Medidas excepcionais**

Accionadas em casos de graves perturbações

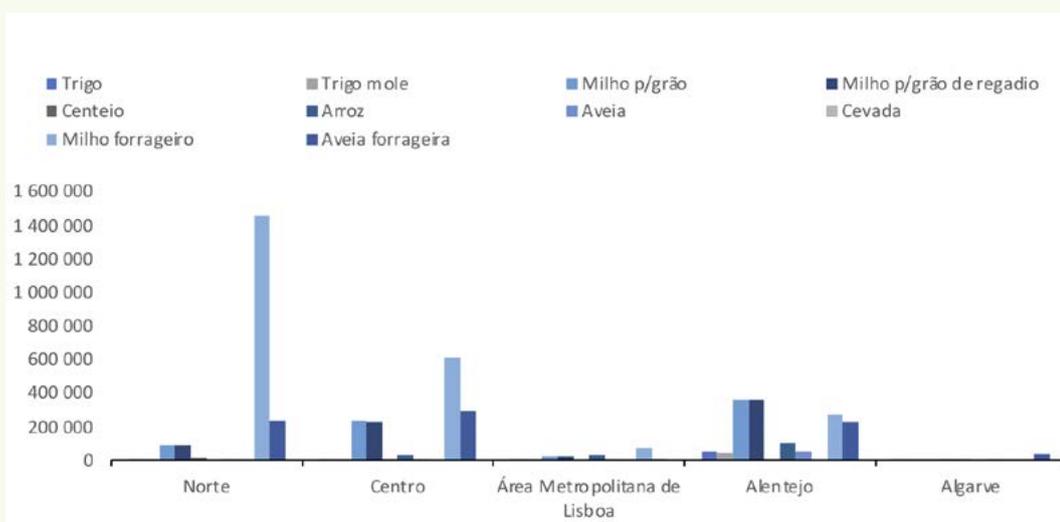
nos mercados, regulada pelo Regulamento OCM (UE) N.º 1308/2013: medidas contra perturbações do mercado, medidas relativas a doenças animais e perda de confiança dos consumidores, medidas para resolver problemas específicos, medidas relativas a acordos e decisões durante períodos de grave desequilíbrio nos mercados.

Integração da produção cerealífera por OTE e região

Segundo dados disponibilizados pelo Gabinete de Políticas e Planeamento (GPP, 2021), com reporte a 2018, observa-se que em Portugal as explorações agrícolas orientadas para cereais para grão concentram-se no Centro e no Alentejo, com destaque para a produção de milho para grão e arroz, portanto para a alimentação humana.

Outra constatação é a importância que reveste a produção de cereais forrageiros na zona norte, mas também no centro e no Alentejo, com principal finalidade da alimentação animal.

Figura 5 - Produção de cereais (grão ou forragem) por NUT II



Fonte: INE 2020, INE 2021

⁷ Orientação Técnica Económica de uma exploração é o sistema de produção de uma exploração que se caracteriza pela contribuição relativa dos VPP das actividades para o VPP Total da exploração. Existem três níveis de orientação técnica. https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Tipologia_exploracoes.pdf. Determina o grau e o tipo de especialização de uma exploração agrícola e é baseada na relação entre as diferentes actividades da exploração (frações da Margem Bruta Padrão total da exploração). Se 2/3 da Margem Bruta Padrão total provém apenas de uma actividade, essa exploração é considerada especializada nessa actividade; se apenas 1/3 da Margem Bruta Padrão total provir de uma actividade, diz-se orientada nessa actividade; finalmente, se a Margem Bruta Padrão total de nenhuma actividade representar 1/3 da MBS total, a exploração é classificada como mista nessas actividades. Decisão (CE) nº 1985/377/CE, de 7 de junho.

3. O Futuro da produção cerealífera: o progresso tecnológico, a utilização dos recursos e a ocupação do território

A ampla diversidade dos cereais produzidos em Portugal permite e obriga a abordagem e estratégias diversificadas tendo em conta o território em que as explorações agrícolas estão integradas, seja no acesso a regadio, nas condições edafo-climáticas ou na finalidade dos cereais produzidos.

Por exemplo, a produção de arroz depende de terras inundáveis, o trigo pode dar-se em terrenos pobres e sem acesso a regadio, com produtividades mais baixas. Outro exemplo, é a integração da produção de cereais em sistemas agrossilvopastoris, em que o grão é aproveitado para consumo humano e as palhas para alimentação animal. Esta análise permite-nos a criação de explorações agrícolas mais resilientes, por exemplo por reduzirem a dependência de *inputs* externos.

Sequeiro vs. Regadio

O investimento em área regada em Portugal tem sido diminuto, centrando-se nos últimos anos no grande investimento público no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. Pese embora a importância deste investimento para a produção agrícola, os cereais representam apenas 2,54% da área e o milho 5,5% (EDIA, 2021). Consta-se que o milho foi a cultura de entrada no regadio para muitos agricultores de sequeiro na região de Alqueva, já que coincidiu com a alta do preço do milho nos mercados.

O acesso à água para rega, seja na existência de infra-estruturas ou no custo, é factor essencial para a rentabilidade das explorações agrícolas. No caso de culturas de sequeiro, por exemplo o Trigo BTP – Trigo de Baixo Teor em Pesticidas (também conhecido como *baby food*, utilizado para a produção de farinhas lácteas para bebés) pode ter um custo de produção de 600€/ha, e numa cultura regada os custos são superiores 900-1000€/ha, em que as produtividades podem duplicar ou triplicar

e assim compensar investimentos que fazem aumentar rendimentos (revista Agriterro n.º 4). Mas um dos problemas que se tem levantado no trigo de regadio é o da contaminação da toxicidade da espécie invasora figueira-do-inferno (*Datura stramonium* L.).

Culturas que diminuam necessidades de consumo de água e de outros *inputs* na exploração agrícola e que garantam a produção agrícola em todas as zonas do país devem ser apoiadas já que representam uma utilização parcimoniosa dos recursos e a manutenção da actividade agrícola nos solos mais pobres onde a actividade agrícola é mais difícil.

Nesta questão, a ciência e investigação parecem estar a encontrar como melhor solução a adopção de uma solução mista, em especial para cereais praganosos, com recurso a uma rega de auxílio (por exemplo: por recurso a pequenas charcas de água).



O melhoramento e adaptação de variedades

Num quadro de alterações climáticas, já se verificam períodos culturais mais curtos, pelo que seleccionar as variedades mais bem-adaptadas, também a situações de stress hídrico é importante. Também devemos considerar que as terras hoje ocupadas por pastagens são, supostamente as terras mais pobres (ou foram abandonadas), pelo que a terra arável que poderá ser usada para a produção de cereais será terras com algum potencial.

4 . A Agricultura Familiar e os objetivos da estratégia para a promoção da produção de cereais

O processo histórico da Agricultura Portuguesa, e também da produção de cereais, foi bru-



talmente influenciado pela integração na Política Agrícola Comum (PAC).

Por exemplo, o potencial de produção de cereais a Norte, em especial no planalto Mirandês, é enorme para produção de trigo (assim como foi no passado). Esta região, marcada pela estrutura fundiária de pequena dimensão e com uma gestão de carácter familiar, exige apoios específicos e direccionados que permitam aumentar produtividades, actualmente abaixo da média, e contribuir para o urgente aumento produção nacional garantindo rendimento aos pequenos e médios agricultores.

Este apoio mais direccionado permitiria a produção de cereais para alimentação humana, já que a maioria da produção de cereais, no essencial nacional, se destina à alimentação animal, no qual o nível de produção não se apresenta com valores que se representam preocupantes.

Desta forma, fica claro que a Agricultura é fundamental para cumprir os três Objectivos Estratégicos da Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais (ENPPC):

- “Reduzir a dependência externa, consolidar e aumentar as áreas de produção”
- “Criar valor na fileira dos cereais”
- “Viabilização da actividade agrícola em todo o território”

Assim como no cumprimento das metas associadas de num prazo de 5 anos, do grau de

auto-provisionamento em cereais de 38%, de 50% no milho, 20% nos cereais praganosos e 80% no arroz.

A produção de cereais para grão não está desligada das actividades económicas a jusante, numa lógica de circuito curto agroalimentar. Mais pequenas e médias explorações agrícolas dedicadas à produção de cereais para grão, com infra-estruturas de armazenamento e transformação de proximidade, garantem o fornecimento de pequenas unidades, por exemplo de panificação, próximas das populações. Garantindo, em primeira mão, a base da alimentação dos portugueses, o pão.

Referências:

INE, 2021: “Superfície das principais culturas agrícolas (ha) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie”. Disponível em: www.ine.pt.

INE, 2021: “Superfície das culturas temporárias (ha) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo (culturas temporárias) e Classes de área (cultura agrícola)”. Disponível em: www.ine.pt.

INE, 2021: “Explorações agrícolas com culturas temporárias (ha) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo (culturas temporárias) e Classes de área (cultura agrícola)”. Disponível em: www.ine.pt.

INE, 2021: “Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (Região agrária/Ilha) e Orientação técnico-económica”. Disponível em: www.ine.pt.

INE, 2021: “Produção das principais culturas agrícolas (t) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie”. Disponível em: www.ine.pt.

INE, 2021: “Contas Nacionais Anuais”. Disponível em: www.ine.pt.

GPP, 2020: Draft “Análise Setorial - CEREALIS”, documento de preparação do PEPAC, versão: Novembro de 2020. Gabinete de Política e Planeamento. Disponível em: www.gpp.pt

GPP, 2021: “Sistema de Informação de Mercados Agrícolas – Cotações de Produtos Agrícolas e Pecuários”. Disponível em: <https://sima.gpp.pt/sima/>

EDIA, 2021: “Ocupação Cultural - Campanha de rega de 2020”. Disponível em www.edia.pt

Arroz é rei no prato, mas sem apoios dá prejuízo aos produtores

O arroz é o terceiro cereal mais produzido no Mundo e o mais usado na alimentação humana. No país tem um lugar especial à mesa: Portugal é o maior consumidor da Europa (15kg per capita) e o quarto maior produtor, com cerca de 160 mil toneladas em 2019. O grau de auto-provisionamento situava-se na ordem dos 60%.

A cultura gera um modo de vida para mais de 2.000 Agricultores e cerca de 500 operários industriais distribuídos por 10 fábricas, estimando-se que assegure o sustento de mais de 10 mil pessoas, entre postos de trabalho directos e indirectos.

Cultivado entre Abril e Junho e colhido entre Setembro e Novembro em canteiros alagados há mais de 10 mil anos, situa-se em áreas de produção utilizando as águas dos rios Mondego, Tejo, Sorraia, Sado e Mira.

Do ponto de vista da sustentabilidade socio-económica e cultural, salienta-se a importância da produção para o país e para as comunidades das zonas onde a cultura é praticada, na medida em que gera rendimentos e contribui para satisfazer os hábitos alimentares da população.

Ambientalmente, os arrozais são ecossistemas importantes contribuindo decisivamente para a defesa e manutenção de plantas e animais típicos das zonas húmidas, tais como



a garça, a cegonha, os flamingos, o alfaiate, o maçarico ou a águia sapeira, alguns deles ameaçados de extinção.

Apoios são essenciais ao rendimento dos produtores

Apesar da importância da cultura do arroz, em média, as explorações orientadas para a produção de arroz apresentam rendimentos negativos sem apoio de políticas. As políticas actuais desempenham um papel crucial e indispensável no suporte ao rendimento destes Agricultores (ver Caderno Técnico desta edição), pelo que a CNA considera que ao nível das ajudas é muito importante proceder ao reforço do pagamento ligado do arroz.

Os elevados preços praticados no acesso à terra têm dificultado a vida tanto para os novos Agricultores como para aqueles que queiram reforçar a sua área de produção.



Nome: Jorge Jacinto
Produtor de arroz carolino

Idade: 50

Localidade: Carvalhal

Área: 21 ha de terras arrendadas na Herdade da Comporta

“O acesso à terra é um grande problema. O preço das rendas sobe cada vez mais com a procura de terra para instalação de culturas super-intensivas por grandes empresas, ou até para fins como o turismo. Os pequenos agricultores e rendeiros vão ter dificuldades em conseguir terra para produzir muito em breve. Preocupo-me com o futuro dos jovens, e dos meus filhos, que também são produtores de arroz e rendeiros em Montargil. Depois há outros problemas, como o aumento do gasóleo e também as importações de arroz agulha que inundam o mercado nacional”.

Num mercado em que dita a lei do mais forte, com custos intermédios elevados (representam 66% dos encargos), exige-se uma intervenção do Estado na regulação do acesso à terra e na distribuição da riqueza no sector, para que o produtor deixe de ser a vítima sobre a qual recaem sempre os maiores prejuízos, porque efectivamente a pirâmide distributiva continua invertida em todo o sector produtivo nacional.

Menor produção no Baixo Mondego

Nos últimos cinco anos foi notória a falta de água para a cultura do arroz no Baixo Mondego, principalmente no Vale do Pranto e do Arunca, problema a que se somou a dificuldade do controlo de pragas, infestantes e doenças.

De uma média de 6 ton/ha até há cinco a seis anos atrás, passou-se para um máximo de 5 ton/ha, pondo em causa a sobrevivência do sector.

Este ano houve problemas acrescidos: nos dois meses principais da maturação (Julho e Agosto) as temperaturas máximas abaixo do normal para a época do ano originaram fraca maturação do arroz, tendo como consequência uma colheita com perda na produção média entre os 25% e os 30% no Baixo Mondego.

ADACO reclama medidas para acudir aos produtores

Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra (ADACO) reclama medidas por parte da Agência Portuguesa do Ambiente e da

Associação de Beneficiários do Baixo Mondego, no sentido de um abastecimento suficiente de água aos orizicultores (principalmente do Vale do Pranto e do Arunca), para que possam fazer a sua cultura sem sobresaltos pela falta de água.

Além de outras medidas com vista a atenuar o aumento dos custos de produção, é também necessário interromper o processo de uniformização dos pagamentos dos direitos do Regime de Pagamento Único, que leva a uma redução muito grande do valor das ajudas no sector do arroz e aplicar essa uniformização apenas em 2026.

Arroz carolino: o arroz de Portugal

O arroz carolino (variedade japónica), produzido nas regiões circundantes dos rios Sado, Tejo e Mondego, é o que melhor se adapta à gastronomia portuguesa, contudo, o seu consumo tem vindo a diminuir.

Para esta redução terão contribuído campanhas de marketing da grande distribuição e também as importações de produções provenientes sobretudo da Ásia, onde predomina o arroz agulha (variedade índica), com custos de produção mais reduzidos.

A valorização da produção nacional num contexto de Soberania Alimentar – de alimentos de proximidade e culturalmente adequados – exige a promoção do consumo e a valorização da produção de arroz carolino.

A produção de arroz carolino encontra-se referenciada por indicação Geográfica Protegida – IGP com logótipo ou imagem da região.



Nome: Luísa da Silva
 Produtora de arroz ariete (carolino)
Idade: 39 anos
Localidade: Alqueidão (Vale do Pranto)
Área: 30 ha (terras próprias e arrendadas)

“Já se ouve dizer que o preço na produção vai baixar este ano e com a instabilidade no mercado receio não conseguir escoar a produção... as pessoas também começam a mudar os hábitos alimentares... Noutro plano, é necessário que se faça o emparcelamento e as obras nas portas de escoamento danificadas, já que além do risco de entrada de água salgada é difícil fazer a drenagem dos terrenos. O combate eficaz às infestantes é outra preocupação”.

“ Precisamos de pôr à disposição dos agricultores os investimentos necessários para melhorar a sustentabilidade dos cereais ”



Mário de Carvalho,
professor da Universidade de Évora

Para o Professor Mário de Carvalho, as campanhas de incentivo aos cereais, a partir do início do século XVIII, depois de um aumento inicial da produção, geraram um decréscimo acentuado que levou à imagem negativa de que são uma cultura que degrada os solos, o que é falso: “o que o degrada não é a cultura, mas sim a tecnologia que utilizamos para a produzir”.

Na sua opinião, precisamos de desenvolver tecnologia que torne a cultura mais competitiva dentro do nosso clima e, simultaneamente, pôr à disposição dos agricultores os investimentos necessários para melhorar a sustentabilidade da cultura, “colocando o solo no centro da política agrícola. Através da melhoria das funções do solo vamos conseguir produzir mais gastando menos, com menos incorporação de factores de produção, nomeadamente fertilizantes. Basicamente precisamos de aumentar o teor de matéria orgânica dos solos”.

Os cereais de Outono/Inverno na recuperação dos sistemas agro-silvo-pastoris

O clima pouco favorável à produção de cereais agravou-se nos últimos anos pela perda de precipitação. As produtividades médias por hectare relativamente baixas e o actual contexto de preços tornam a cultura pouco apetecível, levando ao decréscimo acentuado de área semeada, em particular dos cereais de Outono/Inverno.

“A importância destes cereais vai para além do abastecimento às populações. São necessários para reequilibrar os sistemas agro-silvo-pastoris que sustentam grande parte do interior do território, no caso do Alentejo o montado, e que hoje são basicamente silvo-pastoris, sem a componente agro”, refere Mário de Carvalho.

Esta lacuna faz com que o período de suplementação dos animais se prolongue e entre pelo Verão, o que “faz encarecer muito a produção animal e agravar a importação de cereais porque é feita à custa de rações que importam cereais. Também aí agravamos a nossa balança no ponto de vista dos cereais”.

Regadio com investimento público não pode beneficiar apenas alguns

Face às alterações climáticas, é necessário alargar o regadio a uma área mais vasta do território e utilizá-lo como ferramenta interligada com o sequeiro...

“Se utilizássemos o regadio com maior percentagem em culturas de Outono/Inverno nomeadamente nos cereais, poderíamos diminuir a dependência do país e estávamos a ajudar a sustentar o território”, defende, acrescentando que “se utilizarmos a água para produzir culturas de Outono/Inverno temos cerca de cinco vezes mais produtividade de água porque gastamos muito menos”.

“Mas nos regadios públicos a água é fundamentalmente utilizada nas culturas permanentes ou de Primavera/Verão. Com a água fortemente subsidiada, a produtividade da água é a menor preocupação”, alerta.

Lamenta que o grande investimento público – como o Alqueva – gaste recursos de todos para beneficiar um número muito reduzido de empresas que usam a água de forma completamente desligada da sustentação do território e cometendo “barbaridades ambientais, com fenómenos de erosão assustadores e manchas contínuas de culturas muito intensivas com uma perda muito grande de biodiversidade”.

A finalizar, refere que “as transformações necessárias, face aos riscos da actividade agrícola (de mercado, climáticos, biológicos...), implicam conhecimento e não podem ser feitas sem acompanhamento técnico e de transferência de conhecimento que cabe ao Estado garantir aos agricultores”.

“Essa é uma luta que os agricultores, em primeiro lugar, têm de travar. Outra, que cabe a todos, é exigir que a investigação, os projectos financiados e os critérios de acesso ao investimento estejam ao serviço do interesse da agricultura portuguesa”.

“Poder político tem de olhar para o interesse estratégico do país e desenvolver a produção de cereais”



Alfredo Aires

Professor e investigador na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

“Estamos muito dependentes das trocas comerciais e estas atrasam-se. O poder político não pode olhar para a actividade agrícola numa perspectiva meramente economicista. Tem de olhar para o interesse estratégico do país e para isso é necessário preservar e desenvolver o potencial produtivo do país no que respeita aos cereais”.

Os números relativos à produção evidenciam que os cereais perderam muita importância em Portugal. Para Alfredo Aires, professor na UTAD, este decréscimo resulta de uma visão política que considera mais barato importar do que produzir e de um desinvestimento muito elevado nos cereais, mas que, como refere, “do ponto de vista estratégico é errado. Não podemos produzir só na base do rendimento que vamos obter, mas sim considerando outras necessidades. E aqui o poder político falha porque não tem havido uma política nem uma boa vontade de manter algumas produções, ainda que não gerem tantos rendimentos, mas que poderiam perfeitamente manter uma actividade produtiva e poderiam manter a nossa balança comercial mais equilibrada”. Na sua opinião, esta opção tem levado a um abandono muito grande de explorações: “no interior transmontano começámos a substituir algumas produções por outras mais rentáveis, mas isso não se traduziu na fixação de pessoas. Traduziu-se na criação de novas empresas que estão desprovidas de pessoas. Se o cereal fosse mais valorizado e houvesse mais incentivos tínhamos mais pessoas a produzir e mais pessoas que se fixavam nas regiões”.

São necessárias políticas de incentivo à produção de cereais

Para Alfredo Aires, o poder político não vê a defesa dos cereais como uma solução estratégica e, portanto, não cria políticas que levem os agricultores para estas produções, e para reverter o abandono e o défice, deve perspectivar-se uma política mais favorável de incentivo aos cereais de grão, subsidiando a produção, como já se faz com o tomate, por exemplo.

Salienta, ainda, que “o Governo português perdeu uma oportunidade ao negociar as medidas agroambientais

(PAC) onde a Agricultura Familiar poderia ter tido uma grande predominância, sobretudo no incentivo aos cereais como forma de fixação de populações e de ter uma agricultura mais amiga do ambiente. O cultivo de cereais de sequeiro é muito mais amigo do ambiente”.

Esvaziamento das zonas agrárias prejudicou agricultores

“No caso dos cereais, o esvaziamento das competências das instituições regionais das zonas agrárias levou a muita perda de aconselhamento e os agricultores viram-se sem apoios de um momento para o outro. Essa foi também uma das razões para o declínio da utilização dos campos para a produção de cereal. Teve impacto negativo na cultura dos cereais no Norte transmontano e na Guarda, principalmente na produção de centeio”, refere Alfredo Aires.

“Temos clima e solos adequados para o centeio no interior”

Hoje produzimos 17,2 mil toneladas de centeio, o que se traduziu numa quebra entre 60% a 65% face ao ano 2000. Segundo Alfredo Aires, o interior Norte (Trás-os-Montes e zonas da Guarda) tem muitas potencialidades para a produção de centeio – precisa é de políticas de incentivo à produção.

“O centeio é uma cultura perfeitamente adaptada e as variedades que existiam antigamente ainda são utilizadas por muitos agricultores. Existem muito boas condições para a produção e ainda temos muito potencial que pode ser muito aproveitado, pelo que é pena que de facto assim não seja, até porque o consumo deste cereal está a aumentar”, refere acrescentando que assim se compromete mais o auto-aprovisionamento do país.

Cereais: um velho problema sempre actual

Apesar de tudo o que mudou na vida das pessoas desde há um século, a necessidade de utilizar cereais não se alterou em nada nem vai alterar, quer seja na alimentação humana directamente ou na alimentação animal. Então é uma questão estratégica à qual deve ser dada toda a atenção. Mas não tem sido assim por parte dos sucessivos governos, pelo contrário. Decidiram deixar cair o sector e delegaram nas multinacionais e no agro-negócio português o abastecimento do país, segundo aquela teoria neo-liberal bem conhecida de que é mais barato importar do que produzir. Assim chegámos à trágica dependência em que nos encontramos hoje.

Perdemos a maior parte das nossas sementes “camponesas” e um imenso património de conhecimento. Sim, porque produzir requer uma logística complexa.

Foi fácil destruir o sector com o desmantelamento da saudosa EPAC (Empresa Pública de Abastecimento dos Cereais) pelos governos do pós-adesão à CEE. Os pequenos e médios Agricultores, particularmente, ficaram sem possibilidade de colocar a sua produção, desistiram de produzir, sucedeu o pousio e o abandono das belíssimas terras. Em simultâneo, e consequência disso, as terras que produziam cereais passaram a estar ocupadas com eucaliptos. A eucaliptização do País está relacionada com o abandono da produção de cereais. Os responsáveis políticos por tudo isto estão na origem de dois desastres por terem idolatrado a PAC: um a dependência alimentar do País, dois a tragédia dos incêndios. E não adiantam as lágrimas de crocodilo. Prestaram um mau serviço ao País para protegerem os interesses da Oligarquia.

Um mal nunca vem só: a “mundialização”

Os Agricultores sofreram um primeiro embate com a CEE sem preços garantidos, que foram substituídos por subsídios (que não foram para todos) ou as ditas “ajudas”. Passaram a preencher papéis e muitos foram os excluídos pois não tinham “dimensão adequada” nem “viabilidade económica” na lógi-



Por João Vieira

ca da PAC. Depois de uma primeira selecção, ficaram os maiores.

Em 1992 surge a mundialização: a Agricultura integra a Organização Mundial do Comércio (OMC) e os preços dos cereais passam para o nível mundial. Decididos na bolsa de Chicago ou em Wall Street esses preços não reflectem os custos de produção. É o segundo embate. Desta vez, com a mundialização e a liberalização das trocas comerciais, são abolidas as tarifas aduaneiras, a Agricultura utilizada como moeda de troca é o novo paradigma. A corrida ao gigantismo é desenfreada. Ninguém é suficientemente grande para a competição mundial. É no quadro desta luta titânica que a CEE/UE decide o desligamento das ajudas da produção, para acalmar os protestos dos países grandes produtores agrícolas, que diziam que as ajudas europeias à produção distorcem a livre concorrência.

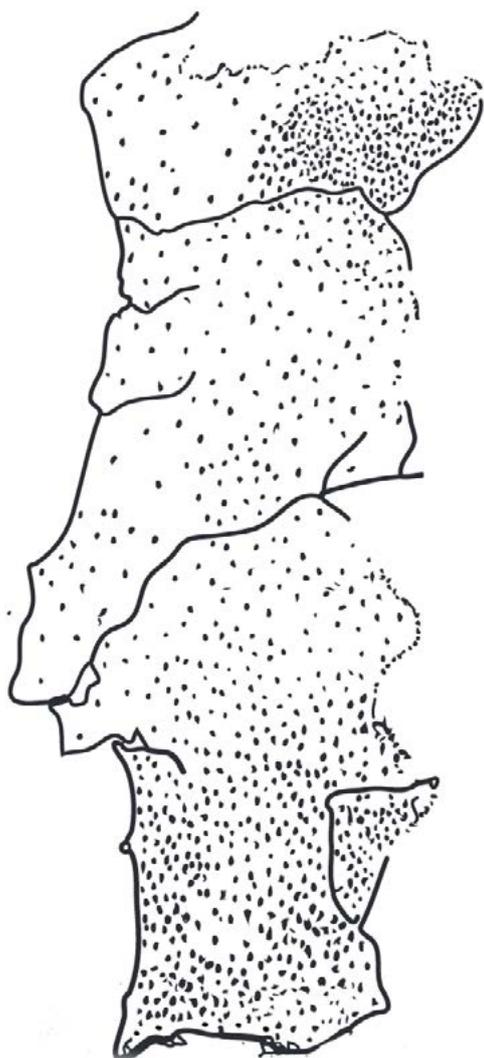
Por todas estas razões sempre dissemos na CNA que a Agricultura como sector específico que é não devia integrar a OMC. As ajudas desligadas da produção foram mais um motivo para o abandono. Todos os que tinham o histórico de produção em 2003 recebem o subsídio sem obrigação de produzir.

O resultado hoje é que **quatro multinacionais controlam 90% do comércio mundial de cereais**. A sua força provém de uma extraordinária capacidade logística, facilitada pelo livre comércio.

O perigo desta concentração, que não é conhecida pela opinião pública num sector tão estratégico, deve-nos incitar a vigilância, porque o mais provável é a catástrofe.

Da semente ao pão

Há, todavia, alguma coisa a fazer tendo em conta o quadro preocupante atrás descrito. Produzir trigo nas condições actuais para a pequena e média Agricultura é sobretudo um acto de resistência e, ao mesmo tempo, um gesto consciente da necessidade de preservação essencial. Num misto de cultura e espiritualidade. É possível reverter a situação que temos com inteligência e determinação. Para começar devemos-nos reapropriar das nossas sementes, que passaram todos os testes ao longo da história. São elas que vão tirar da mãe terra os nutrientes e minérios que necessitamos para o nosso alimento.



Distribuição da produção trigo Barbelo em Portugal até 1935

Isto é válido para os trigos e para os milhos destinados à alimentação humana. Esta linguagem estranha pode fazer sorrir os produtivistas e adeptos da intensificação, porque eles ainda não sabem que o seu modelo está esgotado. A cerealicultura de pequena escala terá um caminho próprio. Vai, pela qualidade nutricional, ao encontro daqueles e daquelas que sabem o que não querem e não pelo volume produzido por hectare, tendo em conta a conservação dos solos e de todo o ecossistema. Há uma franja de pessoas que começam a ficar fartas de comer “o pão que o diabo amassou”. É aí que a pequena escala se torna grande.

O desafio será transformar o cereal em farinha e pão sem passar pelas moagens industriais. Local e circuito curto é o segredo. Os próprios consumidores poderão fazer a sua farinha em casa e o respectivo pão utilizando um trigo ancestral, agricultor e consumidor têm nisto interesse recíproco. O País também ganha em Soberania Alimentar. Desfazer os mitos da competitividade e compreender que o nosso pão é política ajuda a perceber tudo o que gira em torno desta importante questão e porque é que o Trigo Barbelo foi posto de parte, ele que está adaptado ao tipo de solos que temos que nos permite cobrir todo o território nacional (assim era até 1935). O que digo não é uma utopia nem uma fantasia, nem tão pouco romantismo, como me respondeu um dia o Comissário Franz Fischer numa reunião em Bruxelas, é já a minha realidade hoje. Vários são já os Agricultores e Agricultoras que estão a viver este reencontro com a nossa história cerealífera em vários pontos do País.

Em jeito de conclusão, relembro Frida Khalo y Calderon que disse um dia “não quero que pensem como eu, mas pensem”.

*Guardião de sementes camponesas
Membro da Direcção da CNA*

Em 2030, 30% do abastecimento das cantinas públicas com origem na agricultura familiar

Projecto reLOCALiza apresentado ao Presidente da República e ao Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural

A parceria do projecto reLOCALiza reuniu, no dia 13 de Outubro, no Palácio de Belém, com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e no dia 28 de Outubro, com o Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Rui Martinho, a quem apresentou os principais resultados do projecto com a entrega do documento final de posição “reLOCALiza: 10 Propostas para abastecer a restauração pública com produção local”.

O documento reúne um conjunto de 10 propostas, com vista à dinamização dos circuitos curtos de comercialização num contexto da criação e dinamização de sistemas alimentares sustentáveis de base local.

A primeira dessas propostas aponta para que 30% do abastecimento de produtos agrícolas das cantinas públicas tenha origem na Agricultura Familiar portuguesa em 2030. Os resultados do projecto permitem concluir que é possível abastecer em parte as cantinas escolares com produção local, sendo, para isso, necessárias medidas por parte do Governo.

Essas medidas passam pelo apoio

aos Agricultores e pela criação de estruturas associativas de apoio técnico aos produtores que façam ligação entre a procura e a oferta de alimentos; reestruturação das ementas e menus escolares; adaptação dos concursos públicos; sensibilização da comunidade escolar para as vantagens da criação de sistemas alimentares sustentáveis de base local; e criação de um fundo de apoio aos municípios para a promoção desta abordagem.

São parceiros do projecto reLOCALiza o Instituto Politécnico de Coimbra/Escola Superior Agrária; a TRILHO – Associação para o Desenvolvimento Rural; a Associação para o Desenvolvimento Agrícola Rural Arribas Douro (ADARAD), a Associação dos Agricultores e Pastores do Norte (APT), a Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco (ADACB) e a CoimbraMaisFuturo – Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra.

O reLOCALiza é um projecto no âmbito de uma iniciativa comunitária promovida pelo PDR2020 e é co-financiado pelo FEADER, no âmbito do Portugal 2020.



Créditos: Miguel Figueiredo Lopes / Presidência da República

A dura realidade de Portugal

Portugal é altamente deficitário em cereais e só consegue produzir cerca de 20% dos cereais que precisa.



O grau de auto-aprovisionamento de cereais em Portugal é dos **MAIS BAIXOS** do Mundo

A área de cereais de Outono/Inverno cultivada no País em 2019 foi a menor em 100 anos



STOP



O que produzimos de cevada dá para 51 dias e trigo para 15 dias!

Estamos completamente dependentes de outros países

É URGENTE TRAVAR ESTE CENÁRIO!